



Faculdade
Latino-Americana de
Ciências Sociais
Sede Brasil

Comunidade de Prática

Desenvolvimento Integral e Educação Intercultural na América Latina

Reunião Subgrupo 2

**Construção de políticas educacionais adequadas aos contextos rurais
29/03/2022 - 11:00-12:30hs (horário de Brasília)**

Programação

11:00- 11:05h - Abertura e da Agenda do Encontro

11:05 - 11:10 - Consulta sobre Advocacy

11:10-12:10h - Formação: Currículo Intercultural

12:10- 12:25h: Debate

12:25h-12:30h: Encerramento

Palestras

- **Currículos interculturales: desafíos y posibilidades: Una mirada desde los pueblos originarios**

Antropóloga Lucy Trapnell. Mestre em Educação pela Universidade de Bath (Grã Bretanha). Trabalhou no desenho e co-direção do Programa de Formação de Professores Bilingües da Amazônia Peruana, desenvolvido pelo Instituto Superior Pedagógico de Loreto. Atualmente é membro do Conselho Nacional de Educação e professora na PUC Peru.

O ponto de partida é a compreensão do currículo como espaço de poder, pois expressa o tipo de pessoa e sociedade que se deseja ter. A sua estrutura, organização, elementos, metodologia e critérios e instrumentos de avaliação respondem aos interesses e à lógica dos grupos que decidem sobre ela.

O conceito de "ecologia do conhecimento" proposto por Boaventura Sousa de Santos orienta a reflexão de Lucy. Implica que a ciência não seja rejeitada, mas sim colocada no contexto da diversidade do conhecimento existente nas sociedades contemporâneas e demanda igualdade de oportunidades para diferentes tipos de conhecimento. Isso implica reconhecer que o conhecimento indígena possui formas e métodos de conhecimento com os quais se pode dialogar horizontalmente e questionar a ideia de que devem ser validados pelas disciplinas científicas.

O desenho do Currículo Nacional da Educação Básica Regular (2009) traz diversas referências à diversidade humana, cultural e linguística. No entanto, os princípios orientadores para a compreensão e ação no mundo são exclusivamente referidos ao raciocínio lógico matemático e ao pensamento científico. Por sua vez, o Currículo Nacional da Educação Básica (2016) reconhece o Peru como um país diversificado povoado por diferentes grupos socioculturais que geraram diversas visões de vida, visões de mundo e conhecimento. Apesar da alusão à diversidade etnocultural, mantém-se a ênfase na ciência, propondo-a como meio de exploração da realidade.

Compreendendo o currículo como um espaço em que se negociam práticas, saberes, valores, palavras, tempos, espaços, modos de fazer e autoridade comunitária e se negocia o poder no campo educacional, Lucy apresentou três experiências do contexto peruano:

1. A proposta diversificada dos povos Ashaninka, Yine e Matsigenka de Megantoni a partir do conceito de Bem Viver. Esta proposta modifica o currículo nacional e o enriquece por meio de abordagens nas áreas de Povo Social, Ciência e Tecnologia, Comunicação em Língua Indígena, Arte e Cultura e Educação Física.
2. Currículo diversificado da Anta, que eleva a demanda educativa levantada por lideranças, sábios e sábias, meninos e meninas e posiciona o currículo para o bem viver, incluindo matrizes que reconstróem os ciclos de formação em cada espaço em torno das atividades socioprodutivas a partir do saber local e espiritualidade.
3. A proposta educativa do GTANW, a partir de um diagnóstico realizado em 10 comunidades das bacias dos rios Santiago e Morona e em uma visão de futuro da nação wampis.

- **Brasil: Currículo Intercultural no Contexto Amazônico a partir da experiência de São Gabriel da Cachoeira.**

Professora Aparecida Alencar. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Estado do Amazonas e Mestra em Letras e Linguísticas pela Universidade Federal do Estado do Amazonas-UFAM. Pedagoga da Secretaria Municipal de Educação de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas.

Para Aparecida, o desafio de trabalhar pedagogicamente a própria cultura surge com o marco constitucional de 1988. Em um contexto que permitiu que sua etnia Tukano valorizasse o próprio saber na escola. A LDB (Lei de Diretrizes e Bases, 1996) garante o desenvolvimento dos processos próprios de ensino e aprendizagem e a valorização da cultura dos povos indígenas nos sistemas de ensino. Atualmente estamos trabalhando com a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) que permite que os indígenas alinhem seus conhecimentos tradicionais no âmbito de um documento de matriz curricular do Estado do Amazonas que está sendo construído.

Nossa região da Cabeça do Cachorro, no Estado do Amazonas, tem a cidade mais indígena do Brasil, São Gabriel da Cachoeira, onde moram 23 povos indígenas, com línguas e culturas diversas. No município foram co-oficializadas quatro línguas indígenas: tukano, baniwa, nheengatu e yanomami.

A implementação das licenciaturas interculturais tem sido fundamental na luta pelo reconhecimento do próprio currículo. A batalha tem sido muito árdua, mas o apoio das famílias e dos profissionais interessados têm sido muito importantes para não desistir.

- **Colômbia: Currículos Interculturais: Tensões, debates e projetos de povos étnico-raciais, camponeses, mestiço e setores populares da América latina.**

Professor Jorge García. Licenciado em Filosofia na Universidade del Valle e Doutor em Educação. Investigador e gestor de processos etnoeducativos de comunidades negras no Pacífico Sul.

A apresentação de Jorge García teve como objetivo analisar as condições em que o discurso da interculturalidade e a noção de currículos interculturais se encontram na América Latina. Ele propôs um diálogo sobre diferentes perspectivas de educação, currículo e pedagogia de acordo com os contextos dos países da região. Partindo da crítica à mercantilização da educação no cenário de poder econômico global, a construção de currículos interculturais a partir da diversidade "subordinada" na América Latina implica não apenas na desconstrução de modelos pedagógicos impostos, mas também na implementação de alternativas educacionais baseadas em as epistemes dos povos e no diálogo intercultural entre eles. É preciso confrontar os ideólogos do mercado e seus valores culturais subordinados, sujeitos ao crivo de sua arrogância, a potência criadora da vida que faz do currículo um território colonizado.

O leque de possibilidades educacionais, construídas a partir da "periferia", é um claro exemplo da mobilidade social em que as nações culturais latino-americanas tentam desfazer as estruturas coloniais nos sistemas oficiais de educação. Daí o desdobramento de conceitos como Etnoeducação, Educação em casa, Educação intercultural bilíngue, educação quilombola, educação palenquera¹, educação popular, educação própria, educação rural ou camponesa, educação intercultural que é possível ver no México, Equador, Bolívia, Brasil e Colômbia. Nesses contextos, é possível um compromisso de descolonizar e desracializar a educação e a pedagogia.

Porém:

É preciso superar o preconceito indígena. Repensar a articulação entre línguas e saberes próprios com línguas e saberes promovidos oficialmente e recuperar cosmogonias indígenas e afrodescendentes.

Do ponto de vista oficial, mantém-se a ideia de troca, comunicação ou relação "ingênuas" entre culturas, em vez de construir alianças políticas entre os povos. O objetivo é minimizar o currículo intercultural como um projeto de oposição. A interculturalidade como projeto de resistência é um projeto criativo de novas sociedades: multirraciais, multinacionais.

Então, para seguir em frente, você precisa:

- Desoficializar o conceito.
- Dê-lhe mais conteúdo político como projeto de vida para os despossuídos.
- Transcenda o viés indígena e dê origem às epistemologias de outros povos.
- Compreender a interculturalidade como uma questão entre iguais.
- Abandone a ideia de tecnicidade na construção curricular.
- Construir pedagogias rebeldes como cenário crítico.
- Recuperar a relacionalidade cultural como dinâmica da vida.

¹ Palenque é o termo histórico-social designado para as comunidades negras colombianas localizadas no Pacífico.



Comunidad de Práctica

Desarrollo Integral y Educación Intercultural en América Latina

Reunión Subgrupo 2

**Construcción de políticas educacionales adecuadas a los contextos rurales
29/03/2022 - 11:00-12:30hs (hora de Brasilia)**

Programación

11:00- 11:05h Apertura y lectura de la Agenda del Encuentro

11:05 - 11:10h Consulta sobre Carta de Advocacy

11:10- 12:10h Formación: Currículo Intercultural

12:10- 12:25h: Debate

12:25- 12:30h Cierre

Conferencias

- **Perú: Currículos interculturales: desafíos y posibilidades: Una mirada desde los pueblos originarios**

Antropóloga Lucy Trapnell. Magister en Educación por la Universidad de Bath (Gran Bretaña). Trabajó en el diseño y codirección del Programa de Formación de Maestros Bilingües de la Amazonía Peruana, desarrollado por el Instituto Superior Pedagógico Loreto. Actualmente es miembro del Consejo Nacional de Educación y maestra en PUC Perú.

El punto de partida es el entendimiento del currículo como un espacio de poder, dado que expresa el tipo de persona y sociedad que se quiere tener. Su estructura, organización, elementos, metodología y criterios e instrumentos de evaluación responden a intereses y lógicas de los grupos que toman las decisiones sobre el mismo.

El concepto de “ecología de saberes” propuesto por Boaventura Sousa de Santos guía la reflexión de Lucy. Implica que no se rechaza la ciencia, sino que más bien se la sitúa en el contexto de la diversidad de los conocimientos existentes en las sociedades contemporáneas y demanda igualdad de oportunidades para diferentes tipos de conocimientos. Esto implica reconocer que los saberes indígenas tienen formas y métodos de conocimiento con los que se puede dialogar de forma horizontal y cuestionar la idea de que deben ser validados por las disciplinas científicas.

El diseño Curricular Nacional de Educación Básica Regular (2009) tiene varias menciones a la diversidad humana, cultural y lingüística. Sin embargo, los principios orientadores para la comprensión y acción en el mundo están exclusivamente referidos al razonamiento lógico matemático y al pensamiento científico. Por su parte el Currículo Nacional de la Educación Básica (2016) Reconoce al Perú como país diverso poblado por diferentes grupos socioculturales que han generado diversas visiones de la vida, cosmovisiones y conocimientos. A pesar de la alusión a la diversidad etnocultural se mantiene el énfasis en la ciencia al plantear como medio con el que se explora la realidad.

Entendiendo el currículo como un espacio en el que se negocian las prácticas, los conocimientos, los valores, la palabra, los tiempos, los espacios, las formas de hacer y la

autoridad comunal y se negocia el poder en el ámbito educativo, Lucy presentó tres experiencias del contexto peruano:

1. La propuesta diversificada de los pueblos Ashaninka, Yine y Matsiguenga de Megantoni basada en el concepto propio del Buen Vivir. Esta propuesta modifica el currículo nacional y enriquece mediante los enfoques de las áreas de Personal Social, Ciencia y Tecnología, Comunicación Lengua Originaria, Arte y Cultura y Educación Física.
2. El currículo diversificado de Anta, que levanta la demanda educativa planteada por los líderes, sabios y sabias y niños y niñas y posiciona el currículo hacia el buen vivir incluyendo matrices que reconstruyen los ciclos de crianza en cada espacio en torno a las actividades socioproductivas desde el saber local y la espiritualidad.
3. La propuesta educativa del GTANW, basada en un diagnóstico realizado en 10 comunidades de las cuencas de los ríos Santiago y Morona y en una visión de futuro de la nación Wampis.

- **Brasil: Currículo Intercultural en el Contexto Amazônico a partir de la experiencia de São Gabriel da Cachoeira.**

Maestra Aparecida Alencar. Licenciada en Pedagogía de la Universidade Federal do Estado do Amazonas e Magíster en Letras e Linguísticas de la Universidade Federal do Estado do Amazonas-UFAM. Pedagoga de la Secretaría Municipal de Educación de São Gabriel da Cachoeira-Amazonas.

Para Aparecida, el desafío de trabajar pedagógicamente con la propia cultura surge con el marco constitucional de 1988. En un contexto que permitió a su etnia tukano valorar en la escuela sus propios saberes. La LDB (Lei de Diretrizes e Bases, 1996) garantiza el desarrollo de los procesos de enseñanza y aprendizaje y la valorización de la cultura de los pueblos indígenas en los sistemas educativos. Actualmente estamos trabajando con la BNCC (Base Nacional Común Curricular) que permite a los indígenas alinear sus saberes tradicionales en el marco de un documento matriz curricular para el Estado de Amazonas que se está construyendo.

La implementación de las licenciaturas interculturales han sido fundamentales en la lucha del reconocimiento del currículo propio. La batalla ha sido muy dura, pero el apoyo de las familias y de profesionales interesados ha sido muy importante para no desistir.

- **Colombia: Currículos Interculturales: Tensiones, debates y proyectos en los pueblos étnico-raciales, campesinos, mestizos y sectores populares de América latina.**

Profesor Jorge García Jorge García. Licenciado en Filosofía de la Universidad del Valle y Doctor en Educación. Investigador y gestor de procesos etnoeducativos de comunidades negras en el Pacífico Sur.

La presentación de Jorge García se propuso analizar las condiciones en que se encuentra el discurso de la interculturalidad y la noción de currículos interculturales en América Latina. Propuso un diálogo sobre distintas perspectivas de la educación, el currículo, la pedagogía según los contextos de los países de la región. A partir de la crítica de la mercantilización de

la educación en el escenario de poder económico global, la construcción de currículos interculturales desde la diversidad “subalterna” en América Latina implica no solamente la de-construcción de modelos pedagógicos impuestos, también la puesta en marcha de alternativas educativas basadas en las epistemes propias de los pueblos y en diálogo intercultural entre los mismos. Es preciso enfrentar los ideólogos del mercado y sus valores culturales que subordinan someten a la criba de su arrogancia la potencia creativa de la vida que hacen que el currículo sea un territorio colonizado.

La gama de posibilidades educacionales, construidas desde “la periferia” es clara muestra de la movilidad social en que se encuentran las naciones culturales latinoamericanas intentando un desajuste de las estructuras coloniales en los sistemas de enseñanza oficiales. De ahí el desmenuzamiento de conceptos como Etnoeducación, Educación casa adentro, Educación intercultural bilingüe, Educación Quilombola, Educación palenquera, educación popular, Educación propia, Educación rural o campesina, Educación intercultural que son posibles de ver en México, Ecuador, Bolivia, Brasil y Colombia. En esos contextos es posible una apuesta por descolonizar y des-racializar la educación y la pedagogía.

Sin embargo:

Es necesario superar el sesgo indígena. Repensar la articulación entre lenguas y conocimientos propios con lenguas y conocimientos promovidos oficialmente y recuperar cosmogonías indígenas y afrodescendientes.

Desde un punto de vista oficial se mantiene la idea de intercambio, comunicación o relación “ingenua” entre culturas antes que construir alianzas políticas entre los pueblos. El propósito es restarle importancia al currículo intercultural como proyecto oposicional. La interculturalidad como un proyecto de resistencia es un proyecto creador de nuevas sociedades: multirraciales, plurinacionales.

Así para avanzar se requiere:

- Des-oficializar el concepto.
- Darle más contenido político como proyecto de vida de los desposeídos.
- Trascender el sesgo indígena y darle lugar a las epistemes de otros pueblos.
- Comprender la interculturalidad como un asunto entre iguales.
- Abandonar la idea del tecnicismo en la construcción curricular.
- Construir pedagogías insumisas como cenario de crítica.
- Recuperar la relacionalidad cultural como dinámica de la vida.